



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO PRÓ-REITORIA DE
GRADUAÇÃO CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA TRABALHO
DE CONCLUSÃO DE CURSO (2025.1)**

**DESAFIOS ESTRUTURAIS DA EJA: A FALTA DE RECURSOS FINANCEIROS,
INFRAESTRUTURA INADEQUADA COMO BARREIRA PARA O APRENDIZADO**

Structural Challenges of Adult Education: Lack of Financial Resources, Inadequate
Infrastructure as a Barrier to Learning

Gilmara Silva Januario¹

Orientador(a): Prof^o Dra. Franselma Fernandes de Figueiredo²

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel crucial para a reintegração educacional para aqueles jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino regular, garantindo-lhes o direito à educação conforme aponta as leis, promovendo a transformação social. O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa e bibliográfica que analisa e discute acerca do impacto da falta de investimentos financeiros e infraestrutura inadequada na Educação de Jovens e Adultos como barreira para o aprendizado e tem como objetivo geral analisar e verificar nos artigos acadêmicos que falam sobre a temática. Para essa análise foram consultados vários autores (a) como: Paulo Freire (1976,1989,1996,1999), Gilson Soares Reis (2023), Gadotti Moacir (2014) e Paulo Vicente Paiva (1983), dentre outros. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma vivência prática no projeto intitulado “ Política de Superação do Analfabetismo de Jovens e Adultos em Angicos Rio Grande do Norte”. Revelando que a falta de investimento público e o descaso político evidenciam a necessidade de políticas públicas educacionais, ações concretas de financiamento, formação docente e melhores condições de ensino, para que dessa forma a educação se consolide como um instrumento de transformação social valorizando a EJA.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Recursos Financeiros; Infraestrutura; políticas públicas.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Gilmara Silva Januário pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Campus Angicos). E-mail (gilmara.januario@alunos.ufersa.edu.br)

² Professor Orientador, Francelma Fernandes de Figueiredo pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Campus Angicos). E-mail (Fraselma.Figueiredo@ufersa.edu.br)

ABSTRACT

Adult and youth education (EJA) plays a crucial role in the educational reintegration of young people and adults who did not have access to regular education, guaranteeing their right to education as indicated by law, and promoting social transformation. This work is a qualitative and bibliographical research that analyzes and discusses the impact of the lack of financial investment and inadequate infrastructure on adult and youth education as a barrier to learning, and its general objective is to analyze and verify academic articles that address the topic. For this analysis, several authors were consulted, such as: Paulo Freire (1976, 1989, 1996, 1999), Gilson Soares Reis (2023), Gadotti Moacir (2014), and Paulo Vicente Paiva (1983), among others. The research was developed from practical experience in the project entitled "Policy for Overcoming Illiteracy Among Young People and Adults in Angicos, Rio Grande do Norte". Revealing that the lack of public investment and political neglect highlight the need for public educational policies, concrete actions for funding, teacher training, and better teaching conditions, so that education can be consolidated as an instrument of social transformation, valuing Youth and Adult Education.

Key words: Youth and Adult Education; Financial Resources; Infrastructure; Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das décadas tornou-se fundamental evidenciar a relevância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um instrumento indispensável para a inclusão social e para a promoção da cidadania. As dificuldades enfrentadas, especificamente a falta de recursos financeiros e a infraestrutura inapropriada dos espaços, não podem ser subestimadas, pois comprometem a qualidade do ensino daqueles que tiveram o acesso à escolarização interrompido, e que buscam, de forma tardia, retomar a formação escolar. Portanto, a EJA representa mais do que uma simples oferta educacional, configura-se como uma prática de justiça social, que busca reparar históricas repetições de exclusão do sistema formal de ensino. Assim sendo,

[...] as necessidades sociais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) vão além da simples oferta de vagas ou da entrega de materiais didáticos. É necessário que se elaborem políticas públicas integradas, que considerem as especificidades dessa modalidade de ensino e promovam efetivamente a inclusão educacional. É fundamental garantir que o direito à educação, assegurado pela Constituição brasileira, não seja apenas um princípio jurídico; deve se tornar uma prática concreta capaz de transformar vidas e contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa. Somente assim será possível romper o ciclo de exclusão que há décadas aflige milhões de brasileiros e garantir que a EJA cumpra seu verdadeiro papel como instrumento de emancipação social e cidadania. (Benvenutti; Paulo, 2024 apud Jahnke, 2025, p. 6916).

Essa compreensão se aproxima do pensamento de Paulo Freire sobre quando o mesmo defende que a educação deve ser um ato de criação e transformação, na qual todos os envolvidos se reconheçam e se tornem capazes de fazer a diferença na vida desses educandos. Dessa maneira, é fundamental que no ambiente da EJA se desenvolva o diálogo transformador entre professores e alunos.

No entanto, essa modalidade de ensino enfrenta uma série de desafios que limitam seu potencial transformador, especialmente no que diz respeito à falta de investimentos e infraestrutura adequada, que se manifesta em diversas formas, desde a escassez de escolas e salas de aula inadequadas até a ausência de recursos pedagógicos e tecnológicos, currículo descontextualizado das realidades e experiências dos estudantes, negligenciamento na formação continuada dos docentes, além do fato de que muitos desses alunos da EJA vêm de contextos socioeconômicos vulneráveis, o que agrava ainda mais as dificuldades enfrentadas por eles.

Partindo desse contexto, o objetivo deste trabalho é fazer uma análise e para compreender as dificuldades de infraestrutura que impactam na qualidade do ensino da EJA, contemplando eixos fundamentais como a qualidade da educação na EJA, políticas públicas e as consequências pedagógicas da falta de investimentos financeiros. Essa pesquisa contempla a urgência em refletir e discutir sobre políticas públicas que garantam não apenas o acesso e permanência, mas também condições adequadas de ensino-aprendizagem. Para subsidiar o trabalho foram utilizados os seguintes autores: Paulo Freire (1976,1989,1996,1999), Gilson Soares Reis (2023), Gadotti Moacir (2014) e Paulo Vicente Paiva (1983), dentre outros renomados autores que deram sua contribuição para a educação de jovens e adultos (EJA).

Para a elaboração dessa pesquisa, será realizada uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, que é essencial para compreender e construir novos conhecimentos a partir de artigos,

documentos oficiais, livros e textos escritos por outros pesquisadores com experiência na educação de jovens e adultos (EJA). Conforme aponta Gil (2008) que proporciona uma visão mais ampla com relação a pesquisa bibliográfica,

É desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (Gil, 2008, p. 50).

De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é fundamental quando se pretende aprofundar o conhecimento acerca de um tema específico, além disso, a metodologia qualitativa possibilita compreender os impactos sociais dessas barreiras na aprendizagem, contribuindo para uma análise mais completa e humanizada. O procedimento metodológico desta investigação foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica, a partir de um levantamento sobre a falta de investimentos financeiros na EJA, os desafios enfrentados pelos educandos e educadores, sugestões de políticas públicas, com base nos resultados das pesquisas.

A partir disto, será feita uma escolha e análise de artigos acadêmicos que tratam de conteúdos voltados para a falta de investimentos financeiros e infraestrutura inadequada como barreira para o aprendizado na EJA, bem como, sugestões para criação de políticas públicas, com base nos resultados das pesquisas, buscando compreender de forma mais aprofundada as problemáticas que envolvem a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Conforme aborda Gil, “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com o objetivo de colocar o pesquisador em contato com o que já foi dito, escrito ou filmado sobre determinado assunto, permitindo a análise de diferentes enfoques e a construção de novas interpretações sobre o tema investigado” Gil, (2008.p,44).

Desse modo, espera-se que a referente pesquisa venha suprir a necessidade de uma compreensão ampla e contextualizada com a realidade dos jovens e adultos da EJA, sendo necessário entender os fatores e agravantes que de certo modo interfere no processo de ensino e aprendizagem dos educandos e educadores comprometidos com a transformação social, contribuindo para futuras discussões que envolvam políticas públicas voltadas para melhoria e qualidade educacional desse público.

2 O princípio da busca pelo tema de pesquisa

A proposta deste trabalho surgiu a partir de uma experiência prática vivenciada através de uma seleção como mediador de alfabetização na modalidade (EJA), proporcionada pelo governo do estado do Rio Grande do Norte, é importante enfatizar a proposta de alfabetização de jovens e adultos (EJA) a partir do projeto: “política de superação do analfabetismo de jovens e adultos no/RN” com duração de 5 meses, que teve início em novembro de 2021, desenvolvida inicialmente em Angicos/RN, no ano do centenário “Paulo Freire”, tendo como inspiração os princípios freireanos, visando uma concepção de educação como ato de conhecimento, baseando-se na visão de educação dialógica, emancipatória e humanizada.

O projeto propunha não apenas alfabetizar, mas tornar o educando um ser reflexivo, crítico e consciente, inspirado no método de ensino de “Paulo Freire”, com práticas de leitura e escrita utilizando, por exemplo, de situações a partir da realidade dos educandos, como problemáticas dentro da própria comunidade, entre elas, a falta de saneamento básico, de medicamentos no posto de saúde, falta de médico, a importância da vacinação entre outras temáticas. Esses foram alguns temas geradores sugeridos pelos próprios jovens e adultos, demonstrando o interesse pelos problemas existentes dentro da comunidade da qual fazem parte, tornando-se sujeitos emancipados.

Apesar de ter uma excelente proposta o projeto tinha seus desafios que não foram fáceis de romper, pois inicialmente fizemos uma busca ativa exitosa por alunos, quando a turma estava com a quantidade necessária de alunos matriculados, surgiram barreiras estruturais tendo em vista que as escolas ficavam distantes da comunidade e dificultava a locomoção de alguns educandos. Então precisamos buscar um espaço para as aulas acontecerem, um prédio cedido por uma igreja da comunidade, um espaço amplo e acolhedor, porém não tinha mesas, apenas cadeiras. Esse contexto evidenciou a falta de infraestrutura e recursos, pois não havia verba suficiente para sanar as necessidades detectadas.

A experiência vivenciada como mediadora no projeto evidenciou que, mesmo diante das limitações estruturais, o processo de aprendizagem na EJA floresce quando ancorado em uma práxis freireana, na qual os educadores e educandos se reconhecem como sujeitos ativos na construção do conhecimento.

Os relatos dos alunos sobre a falta de saneamento básico ou acesso à saúde, por exemplo, não apenas motivaram a produção textual, mas também fomentaram 8 discussões críticas e reflexões sobre direitos e cidadania. Esse processo confirmou a assertiva freireana de que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 1989). Desse modo a Educação de Jovens e Adultos tem muito a aprender com a educação popular, pois sua perspectiva prioriza o diálogo entre educador e educando, a valorização das vivências como ponto de partida para a construção do conhecimento, a flexibilidade curricular que precisa estar alinhada com as especificidades e necessidades reais dos estudantes ou seja uma abordagem específica para atender os jovens e adultos.

3 OS DESAFIOS ENFRENTADOS NA EJA NO BRASIL.

A educação de jovens e adultos (EJA) é uma modalidade de ensino essencial para garantir o direito à educação a quem não pode concluir os estudos na idade regular. Mais do que uma simples oferta de aula, a EJA representa uma oportunidade de inclusão social, redução das desigualdades e promoção da cidadania. No entanto, apesar de sua importância, essa modalidade enfrenta desafios estruturais que dificultam seu pleno funcionamento. Um dos maiores desafios é a falta de recursos financeiros, e isso acaba refletindo diretamente na qualidade do ensino.

As escolas que oferecem a EJA trabalham com orçamentos limitados, sem condições de investir em materiais didáticos atualizados, infraestrutura adequada ou capacitação continuada para os professores. Como resultado, os alunos – muitos deles trabalhadores que conciliam estudo e emprego – encontram salas superlotadas, falta de livros e até mesmo condições físicas precárias, como iluminação e ventilação inadequadas. Soares (2020) destaca que, além da questão financeira, outro problema frequente é a escassez de materiais pedagógicos pensados especificamente para o público da EJA. Na maioria das vezes, as escolas utilizam os mesmos recursos do ensino regular, que não atendem as especificidades e ritmos de aprendizagem desses jovens e adultos. Além disso, os professores, mesmo dedicados, nem sempre recebem formação adequada para trabalhar com essa modalidade de ensino, o que pode acarretar a metodologias menos eficazes e, conseqüentemente, a desmotivação dos estudantes. Essa realidade mostra que, sem investimentos direcionados e políticas públicas eficazes e consistentes, a EJA continua enfrentando barreiras que limitam seu potencial de mudança em meio a sociedade.

O início da instrução de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil está ligado a contextos sociais e políticos que demandaram a inserção educacional de um público historicamente marginalizado, contexto no qual a EJA surgiu como resposta à alta taxa de pessoas analfabetas no país, especificamente entre jovens e adultos, que não tiveram ingresso à educação formal durante a infância. Nos primeiros anos, essa modalidade de ensino foi impulsionada por movimentos sociais e educacionais que buscavam garantir o acesso à educação para todos, refletindo a necessidade de promover o direito à inclusão social. Durante o período da ditadura militar, a EJA ganhou destaque com a implementação de projetos voltados para a alfabetização dessas pessoas que não conseguiram concluir os estudos na escola regular, apesar das limitações e dificuldades até os dias atuais.

Em 1985, na Nova República, nasceu a Fundação Educar, com o objetivo de acompanhar e supervisionar as instituições e secretarias que recebiam recursos para executar seus programas. Foi extinta em 1990, quando ocorreu um período de omissão do governo federal em relação às políticas de alfabetização de jovens e adultos. Contraditoriamente, a Constituição de 1988 estendeu o direito à educação para jovens e adultos (Paiva, 1983, p. 139).

A partir da Constituição de 1988, a EJA passou a ser um direito de todos os cidadãos, levando a uma maior formalização de políticas públicas e programas educativos. É possível destacar sua evolução e fortalecimento ao longo do tempo, adaptando-se às necessidades sociais e culturais, sempre com o objetivo de promover a alfabetização e a conscientização dos jovens e adultos, contribuindo para sua formação integral e participação ativa na sociedade e garantindo o que determina a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), no artigo 205, que a educação, direito de todos, deve ser obrigatoriamente ofertada, com garantia de gratuidade, inclusive para aqueles que não tiveram acesso em idade própria, como é o caso, dos alunos da EJA. A questão financeira aparece como um agravante nesse cenário, pois a escassez de recursos impede não apenas a manutenção dos espaços físicos, mas também a aquisição de materiais didáticos atualizados e a implementação de projetos pedagógicos inovadores.

Diante disto os educadores se veem limitados em suas práticas, e os estudantes têm seu direito a uma educação de qualidade comprometida. Segundo Antunes (1999), as desigualdades sociais exercem um papel central na dificuldade de acesso à EJA, uma vez que os indivíduos pertencentes a estratos sociais mais desfavorecidos geralmente enfrentam obstáculos relacionados à infraestrutura e transporte, que limitam seu acesso à educação formal. Essa

condição inicial desigual impõe uma barreira significativa, restringindo o alcance dessa modalidade de ensino como uma ferramenta eficaz para a redução das disparidades educacionais. Conforme aponta Soares (2023), estudos anteriores destacam a importância da alocação adequada de recursos financeiros e investimentos em infraestrutura para melhorar os resultados da EJA. É necessário que haja políticas públicas eficazes para garantir que as necessidades específicas da EJA sejam atendidas.

Como aponta o artigo de Jefferson Fellipe Jahnke (2025), o contexto atual da EJA reflete os avanços e desafios das políticas públicas educacionais, desde o reconhecimento do direito à educação pela Constituição Federal de 1988 até às limitações na implementação de programas efetivos. Dados recentes do IBGE (2022) mostram que mais de 11 milhões de brasileiros permanecem analfabetos, evidenciando a necessidade urgente de estratégias que respondam às demandas dessa população. Além disso, a evasão escolar, a precariedade estrutural e a inadequação de currículos são questões recorrentes que impactam diretamente a efetividade dessa modalidade de ensino (Souza e Carvalho, 2020). É importante ressaltar que, embora algumas escolas possuem laboratórios de informática e quadras poliesportivas, muitas áreas ainda precisam de adaptações para atender alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, pois, para que haja inclusão na EJA requer investimentos contínuos em acessibilidade e formação docente para atender às necessidades específicas deste público.

A evasão escolar também se configura como um problema recorrente, muitas vezes causado pela sobrecarga de responsabilidades dos educandos, como longa jornada de trabalho e a família, além de dificuldades financeiras. Portanto se faz necessário programas de assistência social, como bolsas permanência, transporte escolar gratuito e alimentação adequada, são fundamentais para combater esse problema e garantir a permanência dos jovens e adultos na escola. Destaca-se também a necessidade de uma formação docente abrangente e contínua que prepare os professores para lidar com a diversidade e o contexto educacional dessa modalidade de ensino, pois a formação inicial dos professores frequentemente não abrange as especificidades e necessidades, comprometendo a eficácia das práticas pedagógicas.

De acordo com Jahnke (2025), a Constituição de 1988 garante que a educação deve ser inclusiva, democrática e orientada para a construção de uma sociedade justa e igualitária. No entanto, assegurar esse direito exige investimentos consistentes, capacitação docente e políticas públicas que superem desigualdades sociais, econômicas e históricas.

4 A FALTA DE INVESTIMENTO COMO BARREIRA PARA O APRENDIZADO NA EJA.

Discorrendo sobre a EJA, Gadotti (2014) destaca a importância de um financiamento adequado e argumenta que o governo deve investir mais recursos financeiros para garantir a qualidade da educação. O autor que destaca a necessidade de uma infraestrutura adequada para a Educação de Jovens e Adultos, ressalta a importância da construção de escolas, aquisição de materiais didáticos e a contratação de professores qualificados e defende a participação comunitária na Educação de Jovens e Adultos, argumentando que a comunidade deve estar envolvida na definição das prioridades e na implementação das políticas educacionais. Além disso, defende a necessidade da integração da educação de jovens e adultos com outras políticas públicas, como a saúde, o trabalho e a assistência social, tendo em vista que essa integração é fundamental para garantir a qualidade de vida dessa população.

O posicionamento de Gadotti (2014) reforça a compreensão de que é preciso pensar a EJA para além do contexto da sala de aula e lutar por uma política de educação eficaz na busca de garantir o direito à educação, muitas vezes negado aos jovens e adultos que, como cidadãos, têm direito a uma educação de qualidade, em um ambiente acolhedor, acessível e bem equipado com cadeiras, mesas, livros didáticos, alimentação, entre outros. Além disso, é importante destacar que o público dessa modalidade escolar é heterogêneo, tendo em vista que contempla pessoas com idades, etnias e especificidades diversas, tornando-se necessária uma abordagem pedagógica diferenciada, que leve em consideração a realidade e o contexto dos adultos.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor... (Freire, 2013, p.09).

Apesar dos progressos teóricos e políticos, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) continua a enfrentar desafios persistentes. Um dos principais obstáculos é a tradicionalmente baixa disponibilidade de recursos e investimentos nessa modalidade, como mencionado por Jacques Delors (1998) em sua contribuição para a UNESCO. A falta de recursos compromete a

qualidade do ensino oferecido, afetando diretamente a motivação e o envolvimento dos alunos adultos. Essa dificuldade estrutural também se reflete nas taxas de evasão, que se tornam uma barreira significativa para a concretização do direito à educação.

É preciso investir mais na Educação de Jovens e Adultos. É o que recomendou a Unesco na sua Conferência de Hamburgo (1997), a Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinte V), enfatizando a necessidade de reconhecer o papel indispensável do educador bem formado, garantir a diversidade de experiências, reafirmar a responsabilidade inegável do Estado diante da Educação, fortalecer a sociedade civil e a cidadania, integrar a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade da Educação Básica, reconceituar a Educação de Jovens e Adultos como um processo permanente de aprendizagem do adulto (Gadotti, Moacir, 2014, p.17).

De acordo com a Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFINTEA VII), realizada em Marrakesh em junho de 2022, fornece um contexto relevante para essa discussão, destacando a importância da aprendizagem ao longo da vida e a educação de adultos como direitos fundamentais.

O documento enfatiza a necessidade de enfrentar os desafios estruturais que se agravaram com a pandemia da COVID-19, que afetou a educação globalmente, incluindo a EJA. A CONFINTEA VII reafirma o compromisso com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visa garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade.

De acordo com a CONFINTEA VII, é possível destacar que apesar do notável progresso nas últimas décadas, inclusive na alfabetização de mulheres, muitos países ainda lutam para atingir níveis adequados de alfabetização, incluindo a digital, e para superar a considerável desigualdade de gênero. Em 2021, mais de 770 milhões de adultos careciam de habilidades básicas de alfabetização – três em cada cinco daqueles eram mulheres (UIS). Os benefícios da alfabetização para indivíduos, famílias, comunidades, sociedades e para o planeta como um todo estão bem documentados, e a alfabetização de adultos deve receber atenção política e apoio financeiro suficientes.

A falta de investimento e uma estrutura educacional deficiente são identificadas como obstáculos críticos que dificultam a efetivação de políticas eficazes para a EJA. O Marco de Ação de Marrakech propõe um roteiro para o avanço da educação de adultos, reconhecendo que

a melhoria das condições de aprendizagem requer uma abordagem integrada que considere as especificidades de cada comunidade. Além disso, a conferência destaca a relevância de transformar a educação em um bem público, alcançável para todos, independente de gênero ou situação social. É necessário analisar como a falta de investimentos financeiros e estrutura impactam diretamente a capacidade dos adultos de participar efetivamente na educação e refletir sobre as recomendações que o documento traz como estratégias para superar essas barreiras, garantindo que a EJA cumpra seu papel transformador na sociedade.

5 RESULTADO E DISCUSSÕES

A pesquisa apontou a relevância de refletir e discutir sobre a aplicação de recursos para a educação de jovens e adultos, garantindo melhores condições adequadas de trabalho e de ensino, que é importante para possibilitar um ensino significativo e amplo, permitindo que esse público tenha acesso às possibilidades que a educação pode proporcionar. É necessário ressaltar a qualidade de uma educação igualitária e ampla para todos, voltada para as especificidades da EJA, e ainda defender a compreensão de que a educação precisa ser construída com a participação ativa de toda comunidade, respeitando a diferença cultural e, com isso, promover a autonomia social.

É importante também que haja investimento na formação continuada para os educadores comprometidos com a transformação social. Afinal, como nos ensinou Freire (1996), “ [...] a educação é sempre histórica, localizada e deve contribuir para que os aprendentes (professores e alunos) assumam-se como seres sociais e históricos, como seres pensantes, transformadores, criadores e realizadores de sonhos).” Quando as escolas não oferecem condições básicas de conforto, segurança e acesso a tecnologias, reproduzem a mesma exclusão que deveriam superar. É de suma importância ambientes de aprendizado que sejam não apenas adequados, mas também acolhedores e que considerem e respeitem a diversidade cultural dos sujeitos, isso se faz extremamente necessário para que a EJA cumpra seu papel de transformação.

Não podemos esquecer a necessidade de adaptações curriculares que levem em consideração as realidades dos estudantes, bem como na implementação de programas de formação continuada para os docentes, que devem estar preparados e motivados para atuar de forma eficaz nesse contexto, fazendo a diferença na vida daqueles que tiveram seu direito à educação negligenciado. Isso não apenas fortalece o vínculo entre a escola e a sociedade, mas

também assegura que a educação se torne um espaço de emancipação e de transformação social, como enfatiza Freire.

Diante dos desafios enfrentados pela EJA, destacamos a falta de investimentos financeiros e a infraestrutura inapropriada na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a complexidade das dificuldades enfrentadas por esse modelo de ensino, que na maioria das vezes funciona em contextos precários, que englobam a limitação dos meios financeiros, de materiais didáticos, qualificação de professores e manutenção de espaços propícios para as aulas, resultando, portanto, na qualidade do ensino, motivação dos estudantes, baixo desempenho escolar e evasão. Diante disso, é pertinente investigar: Como a falta de recursos financeiros e a infraestrutura impactam o processo de ensino-aprendizagem na EJA e quais são as estratégias que podem ser adotadas para superar os obstáculos?

Portanto é necessário buscar estratégias que incluam a criação de projetos do governo que contribuam para o financiamento da EJA, bem como parcerias com organizações não governamentais. Investir na formação dos educadores e na melhoria das condições físicas das escolas, na inclusão e acessibilidade entre outros, isso pode resultar em um impacto positivo significativo no aprendizado dos alunos. Conforme apontam os documentos e leis das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB,2017) que reconhecem a relevância da (EJA) na educação, como uma maneira de assegurar o direito à escolarização e educação para esse público.

A LDB destaca que é preciso efetivar políticas públicas eficazes e que se relacione com a formação e qualificação do sistema trabalhista, dessa maneira visando uma formação completa e relevante para a EJA. A criação de Fóruns da Educação para esses jovens e idosos e projetos como o PROEJA surge como respostas aos movimentos sociais que reivindicavam melhorias e avanços para EJA, refletindo o compromisso com as leis atuais, que tem como base os documentos norteadores, como a Constituição de 1988 e diversas resoluções que orientam a prática educativa nesse contexto.

Com base na análise de cinco artigos acadêmicos, pesquisados no google acadêmico utilizando palavras chaves como; Investimento, Infraestrutura, EJA, é possível discutir e refletir da seguinte maneira.

O artigo de Elenita Eliete de Lima Ramos e Maria Alice Sens Brezinski (2014) destaca a legislação educacional brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com ênfase na Educação de Jovens e Adultos (EJA). As autoras abordam a importância da EJA na

promoção da inclusão social e da cidadania, mas também relatam os obstáculos enfrentados, como a falta de investimentos financeiros e espaços inadequados nas instituições de ensino. A LDB estabelece leis que visam garantir o acesso e a qualidade de uma educação para todos, incluindo jovens e adultos. No entanto, as autoras ressaltam que a implementação dessas diretrizes muitas vezes enfrenta uma realidade de escassez de recursos e a precariedade das instalações escolares, o que compromete a efetividade da EJA. Além disso, o texto discute a necessidade de políticas públicas mais robustas que assegurem investimentos e espaços adequados e condições favoráveis para a educação desses jovens e idosos, visando não apenas a matrícula, mas também a permanência e a aprendizagem significativa dos alunos. segundo as autoras:

O cotidiano (político) é construído por aqueles que interagem nesse contexto. Fazer política é interagir nos acontecimentos e participar criticamente da sua história. Segundo Freire (1999), a teoria, ou o conhecimento, liberta o homem da ignorância sobre a sua força de transformação e o afirma como ator da sua história, como agente político. Em sua obra Educação para a prática da liberdade, Freire (1967, p.97) afirmava que “a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa. (Ramos, Elenita Eliete de Lima, Brezinski, Maria Alice Sens, 2014, p.09).

A situação política cotidiana é moldada por aqueles que participam ativamente dos eventos ao seu redor. Fazer política envolve interagir e contribuir de forma crítica para a história. Paulo Freire, em suas obras, destaca que o conhecimento é um meio de libertação, permitindo que as pessoas reconheçam seu poder de transformação e se vejam como protagonistas de sua própria história. Ele defende que a educação deve ser um ato de amor e coragem, promovendo debates e análises da realidade. Para Freire, fugir de discussões criativas seria uma forma de farsa, pois a educação deve sempre incentivar a reflexão crítica e a participação ativa na sociedade. Refletindo o artigo da autora Maria Dalva Uchoa Braga que aborda os desafios da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, destaca o suposto fracasso das políticas públicas e a escassez de recursos financeiros como pontos centrais que dificultam o direito à educação. Enfatiza a necessidade de conversar e discutir sobre a EJA de envolvê-la a por uma perspectiva de direito humano, bem como a relevância de revisar as Diretrizes Curriculares Nacionais para considerar as condições socioeconômicas e socioculturais desses educandos.

A falta de investimentos é apontada como barreira central, pois o texto aponta a queda de investimento em educação desde 2010, vinculando-a à corrupção da EJA no sistema educacional

básico. É nítido que a insuficiência de fundos compromete a infraestrutura, oferta de turmas, continuidade de escolas e qualidade do ensino, o que, por sua vez, afeta a permanência e o sucesso dos destes jovens e adultos da EJA. De acordo com a realidade dessa modalidade, sem maior aporte financeiro não há sustentabilidade para políticas públicas que promovam inclusão digital, acesso a tecnologias da informação e métodos de ensino inovadores, itens que os próprios educandos apontam como melhorias desejadas. A relação entre recursos financeiros e capacidade de atendimento da EJA é apresentada como um eixo estruturante da crise, implicando que investimentos adequados são pré-requisito para o sucesso da EJA.

Segundo Mota (2019), a EJA trouxe uma nova chance para os que não puderam estudar no tempo regular, sendo considerada uma modalidade específica para esse público. Entretanto, os estudantes do EJA enfrentam muitos percalços já que em sua maioria têm idade avançada e trabalham o dia todo, razão que potencializa dificuldades de conciliação entre trabalho, família e escola.

Analizando o texto das autoras Castro e Cruz (2024), que reflete e discute sobre, ‘o financiamento da educação de jovens e adultos (EJA): elemento contraditório do direito à educação’, principalmente sob a influência de políticas neoliberais. Abordam uma tradição de pensamento que relaciona políticas econômicas com impactos pedagógicos e sociais. É necessário examinar as leis que asseguram o direito à (EJA) e as normas de investimento do ensino no país, buscando assim se situar dos investimentos para a EJA no arcabouço de direitos e garantias, bem como de políticas públicas. Pois a influência das políticas no Brasil, ao priorizar ajuste fiscal, privatização e descentralização, reduzem os recursos e com isso criam condições de precarização para a EJA. Denunciando assim a insuficiência de investimentos, no discurso de eficiência econômica e na priorização de outras demandas orçamentárias. O texto mostra que a falta de financiamento revela a condição precária que esta modalidade enfrenta para se manter firme no seu propósito. Alertando que os investimentos ofertados à EJA são sistematicamente inadequados para cumprir as funções para as quais esse modelo de ensino foi criado, como por exemplo: Alfabetização, conclusão do ensino fundamental/médio e o acesso a oportunidades de inclusão social.

Causando consequências para a EJA: A insuficiência de financiamento que impacta a oferta de vagas, a qualidade do ensino, a formação de educadores, a infraestrutura inadequada, e a viabilidade de políticas de inclusão que assegurem o pleno exercício do direito à educação para EJA. Sugere-se que é preciso tratar a EJA como direito humano, exigir políticas de

investimento eficazes e robustas e considerar a EJA como fator primordial para políticas públicas educacionais como um campo que requer financiamento adequado para se fazer cumprir suas funções sociais.

Não podemos deixar de discutir acerca do texto de Marquez e Godoy (2020) que trata das "Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa", O artigo contextualiza historicamente a educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, visando refletir e analisar sobre as concepções que fundamentam as políticas públicas destinadas a EJA. As políticas públicas para EJA ao longo da história foram descontínuas, fragmentadas e sem prioridade pelos governos, causando consequências negativas para a modalidade e seus educandos. De acordo com Arroyo (2008), a visão que perdura sobre a EJA deixa de fora a condição humana, o desenvolvimento, o potencial e a autonomia dos sujeitos dessa modalidade, classificando-os como oprimidos, pobres, defasados, excluídos e repetentes. Esses sujeitos são vistos como uma mancha social, incapazes de responder às exigências sociais. Muitas vezes, diante das dificuldades e da falta de autonomia para realizar atividades rotineiras, como pegar um ônibus, ou fazer um documento, os próprios sujeitos se percebem assim (GALVÃO; DI PIERRO, 2013).

A EJA é um campo político de vasta amplitude, com características próprias e suas especificidades, que apesar de ter avançado nos últimos anos, enfrenta ameaças por políticas regressivas que comprometem o direito à educação desses educandos. É necessário a construção de políticas públicas eficazes e significativas para a EJA, é preciso uma reflexão ampla e multidimensional, que considere não só os aspectos educacionais, mas também os contextos socioeconômico e cultural. Isso implica em ter um olhar humanizado direcionado para EJA como uma política assertiva dos direitos que lhes foram negado historicamente, que possibilite a inclusão, a autonomia e a participação social de maneira crítica e reflexiva desses jovens e adultos em meio a sociedade.

De acordo com a elaboração do "Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos", que foi elaborado com a participação de representantes dos estados, municípios, movimentos sociais e entidades científicas tem o objetivo de transformar o ensino e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no país, promovendo ações intersetoriais que envolvem diversos atores, como o setor público, produtivo e o terceiro setor. Defendendo princípios de engajamento de lideranças e a governança participativa, este documento visa superar o analfabetismo entre jovens, adultos e idosos; elevar a assistência

desse público; ampliar a oferta de matrículas na EJA nos sistemas de ensino, incluindo aqueles em situação de privação de liberdade e integrar a EJA à educação profissional.

Este documento nos faz refletir sobre que ações estão sendo postas em prática para garantir o acesso e um ensino de qualidade, e que seja inclusivo para todos aqueles que necessitam da EJA, pois a realidade que vemos é outra, na qual a EJA necessita de um olhar humanizado por parte daqueles que estão no governo e que precisam criar políticas públicas eficaz e que atendam as especificidades desses educandos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisa e discute como a falta de recursos financeiros e infraestrutura inadequada impactam a qualidade do ensino-aprendizagem na EJA e a relevância da criação de políticas públicas robustas e consistentes que garantam o acesso mas também a permanência dos estudantes na escola.

Conhecer um pouco da história de vida dos educandos é algo fundamental para o processo de desenvolvimento, como mediadora, pois levar conhecimento requer coragem, dedicação e amor, é necessário olhar o outro de dentro pra fora, para assim enxergar suas maiores dificuldades e necessidades específicas de cada aluno(a). Hoje tenho a plena certeza que para se tornar um bom educador não basta ensinar, é preciso aprender com o outro, só assim pode-se obter êxito no desenvolvimento e aprendizagem.

A busca por uma educação crítica, reflexiva e sensível às particularidades dos educandos da EJA é primordial para garantir o direito à educação e a promoção da inclusão social. Em suma, a análise do contexto da EJA no Brasil demonstra a iminência de políticas públicas eficazes, com foco no investimento de recursos financeiros, espaços físicos adequados, formação docente qualificada, contínua e na adaptação das metodologias ativas às necessidades específicas desses educandos.

Portanto é possível compreender, diante desse contexto, é necessário fortalecer a (EJA) é preciso que ela se torne prioridade nacional, o país precisa consolidar de maneira universal a Educação de Jovens e Adultos, assegurar que as políticas públicas não sejam descontínuas e fragmentadas, como aconteceu historicamente, ao invés disto se torne prioridade estruturante no sistema educacional Brasileiro. Implicando assim na proteção legal, investimento adequado e garantias de direitos e acesso à permanência de todos que necessitam da Educação de Jovens e

Adultos. As políticas públicas precisam priorizar as populações vulneráveis, como por exemplo; Indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e as minorias, dessa forma garantindo o acesso equitativo e currículos que valorizam as diversidades culturais, linguísticos e contextos sociais.

O financiamento precisa ser direcionado de forma estratégica para proporcionar infraestrutura, formação docente, desenvolver práticas pedagógicas adequadas, tecnologias inclusivas e alfabetização digital, dentre outras competências, possibilitando inclusão, equidade e participação ativa. Por tanto para superar os desafios enfrentado pela a EJA, é necessário um esforço conjunto do Estado, da sociedade, da comunidade escolar e de todas as instituições de ensino, priorizando a construção de um sistema de educação que garanta a igualdade de oportunidades, o acesso e permanência desses estudantes à educação de qualidade para todos aqueles que tiveram o direito à educação negligenciado. A fragilidade da EJA representa não apenas uma falha no sistema educacional, mas uma violação aos direitos humanos fundamentais, comprometendo o desenvolvimento pessoal e social de milhares de brasileiros.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARROYO, M. G. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L. J. G.; GIOVANNETTI, M.; GOMES, N. L. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BESERRA, Valesca; BARRETO, Maribel Oliveira. Trajetória da educação de jovens e adultos: histórico no Brasil, perspectivas atuais e conscientização na alfabetização de adultos. **Cairu em revista**. jul/ago 2014.

BRAGA, Maria Dalva Uchoa: É preciso Conversar Sobre a EJA. Falta de Investimentos, Esvaziamento e o Fracasso das políticas públicas: Os desafios que os jovens e adultos enfrentam para ter direito à educação no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.9, n.05, mai. 2023.

BRASIL. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CASTRO, Francislene Santos; CRUZ, Rosana Evangelista da. O financiamento da educação de jovens e adultos (EJA): elemento contraditório do direito à educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e 89940, 2024. <https://doi.org/10.1590/1984-0411.89940> .

CATELLI JR, Roberto. **O não lugar da educação de jovens e adultos na Base Nacional Comum Curricular**. 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/39500381/O>. Acesso em: 02 jun. 2025.

CONFINTEA VII. Marco de ação de Marrakech: **aproveitar o poder transformador da aprendizagem e educação de adultos**. Preâmbulo. 15 a 17 de junho, 2022.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 (ou ed. de 2013 utilizada), p. 31.

GALVÃO, A. M. O.; DI PIERRO, M. C. **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

JAHNKE, Jefferson Felipe. Desafios e potencialidades da EJA: Um Relato de experiência no contexto escolar. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v.7, n.2, p.6926, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev7n2-139>. Acesso em: 15 mai. 2025.

MARQUEZ, Nakita Ani Guckert ; GODOY, Dalva Maria Alves. Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 25-42, maio-ago. 2020.

MOACIR, Gadotti. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**. 1. Ed. São Paulo: Moderna : Fundação Santillana, 2014.

PAIVA, Vicente Paulo. **Educação popular e educação de adultos**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1983.

RAMOS, Elenita Eliete de Lima. **Legislação educacional** . 2. ed. Florianópolis : IFSC, 2014. 78 p. : il. ; 28 cm.

REIS, Gilson Soares dos. Educação de jovens e adultos: desafios e oportunidades na atualidade. **REVISTA Internacional de Estudos científicos -RIEC.V01,N.01 Jan/jun.2023**. Disponível em: . Acesso em: 30 jun. 2025.

SOUZA, Carolina; CARVALHO, Ana Paula. **Políticas públicas e desafios da EJA no Brasil contemporâneo**. Brasília: Liber Livro, 2020.